

EIXO[SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2023



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto lucro por ação)

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2023.

As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

CONTEXTO OPERACIONAL RELACIONADOS AO CORONAVÍRUS

Compensação financeira

Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia já havia consumido o montante de R\$110.490 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R\$137.544.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Resultado Operacional

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	31/12/2023		31/12/2022		Δ	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
VEPs ¹	66.576	56.946	61.442	56.968	8%	0%
Veículos Leves	22.622	27.678	20.794	26.355	9%	5%
Veículos Pesados	43.954	29.268	40.648	30.613	8%	-4%
Tráfego²	33.361	36.383	31.023	35.355	8%	3%
Veículos Leves	22.939	28.360	21.069	26.948	9%	5%
Veículos Pesados	10.197	7.553	9.714	7.927	5%	-5%
Veículos Isentos	225	470	240	479	-7%	-2%
Tarifa Média (R\$)	8,71	7,46	8,39	7,14	4%	5%

¹ VEPs - Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

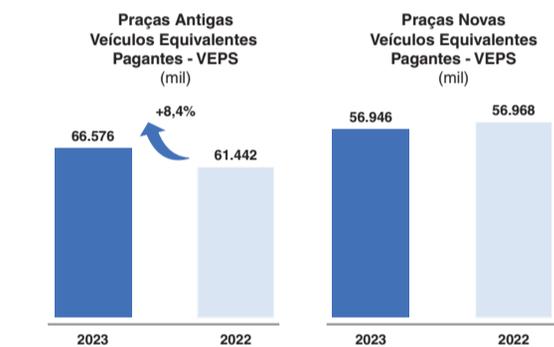
² Refere-se à quantidade de veículos que transitam pelas praças de pedágio da Companhia.

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Ano (Jan-Dez/23 sobre Jan-Dez/22): Brasil	6,9%	2,9%	5,9%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

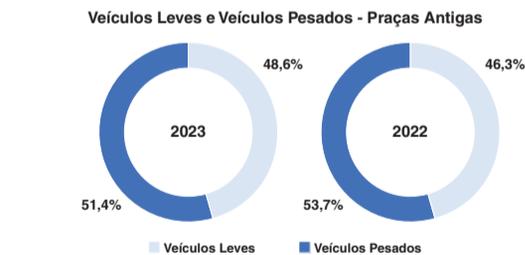
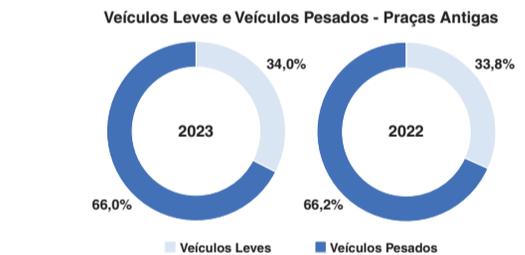
² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 5,9% no fluxo total de veículos no ano de 2023, comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o aumento de 6,9% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19.



No exercício de 2023, as praças de pedágio da EIXO registraram 123,5 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 4,3% na comparação com o mesmo período de 2022.

A performance de veículos pesados no exercício de 2023, representa cerca de 59,3% do tráfego total¹ (60,2% do tráfego em 2022) e apresentaram um aumento de 2,8% no período comparativo. Da mesma forma, em veículos leves o resultado foi positivo, com aumento de 6,7% no mesmo período comparado a 2022.



Os quadros acima referido não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Operacional

Receita Operacional (R\$ Mil)	2023	2022	Δ
Receita Bruta	1.468.252	1.286.535	14%
Receita com Pedágio	997.181	889.515	12%
Receitas Acessórias	4.638	4.590	1%
Receita de Construção (IFRS)	466.433	392.430	19%
Receita Bruta Ajustada¹	1.001.819	894.105	12%
Deduções da Receita Bruta (86.153)	(86.153)	(76.983)	12%
Receita Líquida Ajustada¹	915.666	817.122	12%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

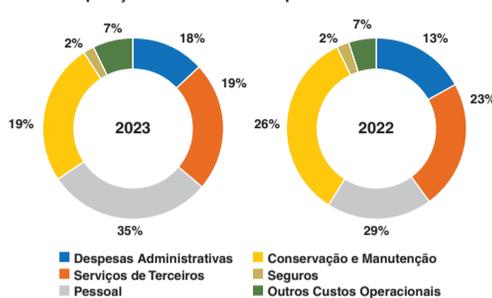
Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ Mil)	2023	2022	Δ
Pessoal	(86.279)	(69.165)	25%
Conservação e Manutenção	(46.846)	(61.615)	-24%
Serviços de Terceiros	(47.425)	(55.983)	-15%
Seguros	(6.234)	(4.580)	36%
Outros Custos Operacionais	(17.204)	(16.223)	6%
Despesas Administrativas	(44.396)	(32.630)	36%
Custos e Despesas Administráveis	(248.384)	(240.196)	3%
Ônus de Fiscalização e Variável	(84.694)	(75.541)	12%
Depreciação e Amortização	(171.560)	(142.654)	20%
Provisão para Contingências	(5.982)	(6.358)	-6%
Custos e Despesas Administrativas Ajustados¹	(510.620)	(464.749)	10%
Custo de Construção (IFRS)	(466.433)	(392.430)	19%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(100.849)	(104.280)	-3%
Custos e Despesas Administrativas	(1.077.902)	(961.459)	12%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

¹ Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis



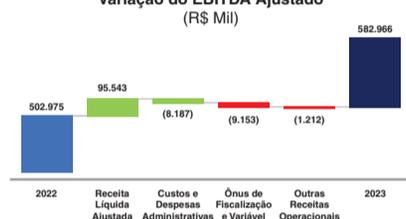
Os Custos e Despesas Administráveis estão abaixo do *budget* da EIXO.

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	2023	2022	Δ
Lucro Líquido	83.041	33.596	147,2%
Resultado Financeiro Líquido	177.723	174.692	1,7%
IRPJ & CSLL	43.811	41.395	5,8%
Depreciação & Amortização	171.560	142.654	20,3%
EBITDA RCVM 156/22	476.135	392.337	21,4%
Margem EBITDA	34,5%	32,4%	2,1 p.p.
Receita de Construção (IFRS)	(466.433)	(392.430)	18,9%
Custo de Construção (IFRS)	466.433	392.430	18,9%
Provisão de Manutenção (IFRS)	100.849	104.280	-3,3%
Provisão para Contingências	5.982	6.358	-5,9%
EBITDA Ajustado¹	582.966	502.975	15,9%
Margem EBITDA Ajustado¹	63,7%	61,6%	2,1 p.p.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 582,9 milhões no exercício de 2023, um aumento de 15,9% em relação ao mesmo período de 2022, a Margem EBITDA Ajustada aumentou 2,1 pontos percentuais ("p.p."). O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (ii) provisão para contingências.

Variação do EBITDA Ajustado (R\$ Mil)



Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2023	2022	Δ
Resultado Financeiro	(177.723)	(174.692)	1,7%
Receitas Financeiras	75.428	23.020	227,7%
Provisão para manutenção - AVP	3.253	9.438	(65,5%)
Receita de aplicações financeiras	70.628	13.249	433,1%
Outros	1.547	333	364,3%
Despesas Financeiras	(253.151)	(197.712)	28,0%
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(180.174)	(119.381)	50,9%
Provisão para manutenção - AVP	(10.709)	(31.673)	(66,2%)
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(19.237)	(18.058)	6,5%
Despesas bancárias	(36.254)	(24.162)	46,7%
Outros	(6.777)	(4.438)	50,7%

Inflação e Juros

	2023	2022	Δ
IPCA Últimos 12 Meses	4,62%	5,79%	-20%
CDI Final do Exercício	11,65%	13,65%	-15%
TJLP Média Últimos 12 meses	7,05%	6,78%	-4%

[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?&t=series-historicas](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?t=series-historicas)

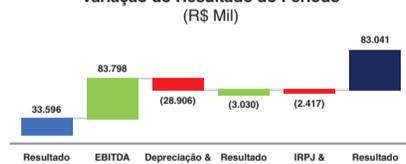
<http://estatisticas.cetip.com.br>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

Resultado do Exercício

Resultado do Exercício (R\$ Mil)	2023	2022	Δ
Lucro Líquido do Exercício	83.041	33.596	147%

Variação do Resultado do Período (R\$ Mil)



Disponibilidades e Endividamento

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil) ¹	2023	2022	Δ
Dívida Bruta	2.107.895	1.694.743	24%
Curto Prazo	2.880	2.604	11%
Empréstimos e Financiamentos - BNDES FINEM	2.158	1.761	23%
Debêntures - BNDES	722	843	-14%
Longo Prazo	2.105.015	1.692.139	24%
Empréstimos e Financiamentos - BNDES FINEM	1.057.289	718.704	47%
Debêntures - BNDES e Partes Relacionadas	1.047.726	973.435	8%
Disponibilidades	605.559	245.101	147%
Caixa e Equivalente de Caixa	562.216	212.552	165%
Aplicações Financeiras Vinculadas (a)	43.343	32.549	33%
Dívida Líquida Ajustada	1.502.336	1.449.642	4%

(a) O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA e as Aplicações Financeiras Vinculadas são destinadas exclusivamente para a amortização deste financiamento.

Principais Investimentos

Investimentos (R\$ Mil)	2023	2022	Δ
Investimento Total	3.035.567	2.656.608	14%
Imobilizado	77.195	69.884	10%
Intangível	2.958.372	2.586.724	14%
Direito de Concessão (Investimento)	2.948.158	2.579.842	14%
Direito de Uso	10.214	6.882	48%

Os investimentos realizados em 2023 estão representados principalmente pela implantação de duplicação de pistas e vias marginais, bem como melhorias que visam reestabelecer as condições estruturais da rodovia como sinalização, drenagem e terraços, além de edificação de SAU's, acostamentos, parada de carga excepcional, conservação de obra de arte especial e recapeamento, equipamentos de monitoração de tráfego, rede Wi-Fi, entre outros equipamentos de tecnologia, PGFs, parada de ônibus, entre outros.

Acompanhamento Contrato de Financiamento - BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.
- Subcrédito "C": até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (compleção do subcrédito) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAS Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (compleção dos subcréditos A e B).

A Companhia demonstra abaixo a evolução dos indicadores do contrato de financiamento, cuja próxima mensuração dar-se-á em junho de 2025:

Data Apuração	31/12/2023		31/12/2022	
EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado	EBITDA 12 Meses	EBITDA Acumulado
EBITDA RCVM 156/22	476.135	1.187.691	392.337	711.556
Receita de Construção (IFRS)	(466.433)	(2.007.721)	(392.430)	(1.541.289)
Custo de Construção (IFRS)	466.433	2.007.721	392.430	1.541.289
Apropriação Despesas Antecipadas	(974)	(4.057)	(538)	(3.084)
Demais Custos e Despesas sem Efeito Caixa ¹	14.576	31.444	707	16.868
Provisão de Manutenção (IFRS)	100.849	265.959	104.280	165.109
Provisão para Contingências	5.982	13.402	6.358	7.420
EBITDA Ajustado²	596.568	1.494.439	503.144	897.869
EBITDA ajustado (na data-base de 31/12/2020)	497.593	1.316.219	438.411	818.626
Capital Social Integralizado (na data-base de 31/12/2020)	-	969.204	-	969.204
Total	497.593	2.285.423	438.411	1.787.830

EIXO[SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2023



www.eixosp.com.br

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota explicativa	31/12/23		31/12/22		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/23		31/12/22	
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	562.216	212.552			Fornecedores	12	87.713	47.130		
Aplicações financeiras vinculadas	4	18.534	12.274			Empréstimos e financiamentos	13	2.158	1.761		
Contas a receber	5	61.983	58.041			Debêntures	14	722	843		
Estoques	6	5.735	4.447			Credor pela concessão	15	190.803	33.002		
Adiantamento a Fornecedores		2.229	2.480			Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	16	22.293	13.482		
Despesas Antecipadas		4.057	3.084			Impostos, taxas e contribuições	17	27.862	12.524		
Impostos a recuperar		6.361	2.466			Adiantamento de clientes		2.312	2.108		
Outros ativos		273	252			Seguros e garantias		225	95		
Partes relacionadas	18	541	173			Passivo de arrendamento	19	5.436	3.863		
Total do ativo circulante		<u>661.929</u>	<u>295.769</u>			Partes relacionadas	18	2.154	1.272		
NÃO CIRCULANTE						Provisão para manutenção	20	139.515	119.142		
Aplicações financeiras vinculadas	4	24.809	20.275			Outras contas a pagar		<u>368</u>	<u>598</u>		
Impostos diferidos	7	65.363	38.073			Total do passivo circulante		<u>481.561</u>	<u>235.820</u>		
Depósitos judiciais	8	19.106	750			NÃO CIRCULANTE					
Demais contas a receber		2.504	-			Empréstimos e financiamentos	13	1.039.936	685.814		
Imobilizado	9	77.195	69.884			Debêntures	14	405.075	383.215		
Intangível	10	2.948.158	2.579.842			Debêntures - Partes Relacionadas	14	637.825	581.694		
Direito de uso	11	<u>10.214</u>	<u>6.882</u>			Passivo de arrendamento	19	4.189	2.644		
Total do ativo não circulante		<u>3.147.349</u>	<u>2.715.706</u>			Provisão para riscos	21	14.882	9.058		
						Provisão para manutenção	20	87.482	57.943		
						Dividendos	22.b	<u>1.600</u>	<u>811</u>		
						Total do passivo não circulante		<u>2.190.989</u>	<u>1.721.179</u>		
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital Social	22	969.857	969.857		
						Reserva Legal	22.c	8.424	4.272		
						Reserva retenção de lucros	22.d	<u>158.447</u>	<u>80.347</u>		
						Total do patrimônio líquido		<u>1.136.728</u>	<u>1.054.476</u>		
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.809.278</u>	<u>3.011.475</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SALDO EM 31/12/2021	Capital Social		Lucros		Reservas		Total
	Subscrito	A integralizar	acumulados	Legal	Retenção de Lucros		
Lucro líquido do exercício	1.400.000	(430.143)	-	2.592	48.750	-	1.021.199
Destinação do resultado do exercício	-	-	33.596	-	-	-	33.596
Dividendos obrigatório (R\$ 0,031 por ação)	-	-	(33.277)	1.680	31.597	-	-
SALDO EM 31/12/2022	1.400.000	(430.143)	-	4.272	80.347	-	1.054.476
Lucro líquido do exercício	-	-	83.041	-	-	-	83.041
Destinação do resultado do exercício	-	-	(82.252)	4.152	78.100	-	-
Dividendos obrigatório (R\$ 0,001 por ação)	-	-	(789)	-	-	(789)	-
SALDO EM 31/12/2023	1.400.000	(430.143)	-	8.424	158.447	-	1.136.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	31/12/23		31/12/22		CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	31/12/23		31/12/22	
Lucro líquido do exercício		83.041	33.596			IRPJ e CSLL pagos no exercício		693.277	480.071		
Ajustes:						Amortização de juros empréstimos e financiamentos	13	(46.819)	(36.693)		
Depreciações e amortizações	24	171.560	142.654			Amortização de juros debêntures	14	(20.203)	(19.444)		
Juros incorridos sobre arrendamento	25	464	646			Juros pagos sobre contrato de arrendamento	19	(464)	(646)		
Impostos diferidos	7	(27.290)	(14.782)			CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>577.551</u>	<u>372.504</u>		
Provisão para riscos	21	5.824	7.804			FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Provisão para manutenção	20	49.912	117.631			Aquisições de imobilizado	9 e 30	(26.882)	(47.738)		
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	25	101.338	42.355			Aquisições de intangível	10 e 30	(483.013)	(379.843)		
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	25	<u>98.073</u>	<u>95.084</u>			Aplicações financeiras vinculadas	4	(10.794)	(8.993)		
		<u>482.922</u>	<u>424.988</u>			Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(520.689)</u>	<u>(436.574)</u>		
Variação nos ativos e passivos operacionais:						FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Contas a receber		(3.942)	(11.981)			Captação empréstimos e financiamentos	14	300.000	-		
Estoques		(1.288)	(1.442)			Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	19	(7.198)	(7.939)		
Impostos a recuperar		(3.895)	445			Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) pelas atividades de financiamento		<u>292.802</u>	<u>(7.939)</u>		
Adiantamento a fornecedores		251	(536)			REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>349.664</u>	<u>(72.009)</u>		
Despesas antecipadas		(974)	(538)			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		212.552	284.561		
Outros ativos		(20.682)	(515)			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>562.216</u>	<u>212.552</u>		
Fornecedores		10.275	648			REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>349.664</u>	<u>(72.009)</u>		
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		8.811	441								
Credor pela concessão		157.801	19.811								
Impostos, taxas e contribuições		63.578	49.537								
Contas com partes relacionadas		514	(1.046)								
Outras contas a pagar		(94)	259								
		<u>210.355</u>	<u>55.083</u>								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, sendo a sede da Companhia localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,80 - Pista Sul - Itirapina - SP. A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group"). O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos, com início em junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama. O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho. Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar: • A outorga fixa no valor de R\$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível. • O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta. • Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de aproximadamente R\$11,9 bilhões para o período remanescente da concessão, devendo ser alocados para obras de ampliação e manutenção do trecho concedido. A data de início da operação ocorreu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entre os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jahu. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações assumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários pelos serviços prestados. As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauri, Marília e Presidente Prudente. O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que

passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul. O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais. O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia. 2.2. Bases de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cuja realização possa ocorrer em um prazo inferior a 90 dias. 2.4. Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da

atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento.

A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve ajuste a valor presente nas transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras. 2.5. Estoque: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. 2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, se aplicável. 2.6.1. Impostos correntes: O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, tendo a sua apuração anual. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de incluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. 2.6.2. Impostos diferidos: O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada exercício. 2.7. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. A Companhia não

continua...



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2023



www.eixosp.com.br

apresenta instrumentos de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 2.8. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada "impairment". O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.9. "Impairment" (perda por valor recuperável): A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indicio de que tais ativos sofrerem perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras. Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. **Receita de contratos com clientes:** (a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias: É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho no contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. (b) Receitas de Construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos. 2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1): A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01-Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros". 2.12. Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 2.14. Credor pela concessão: Representa os valores de ônus de fiscalização (1,5%) e ônus variável (7%), - ambos tendo como base de cálculo a receita bruta de pedágio mais receita acessória - a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.15. Provisões: Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. 2.16. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente. 2.17. Passivos financeiros e patrimônio líquido: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Instrumentos financeiros híbridos:** O valor de opção de conversão de Debêntures em patrimônio líquido deve ser incluído no componente do passivo. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente. O emissor de título conversível em ações ordinárias deve determinar primeiro o valor contábil do componente do passivo, mensurando o valor justo de passivo similar que

não tenha um componente de patrimônio líquido associado. O valor contábil do instrumento patrimonial representado pela opção de conversão do instrumento em ações ordinárias deve ser, então, determinado pela dedução do valor justo do passivo financeiro do valor justo do instrumento financeiro composto como um todo. 2.18. Lucro básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. 2.19. Reconhecimento de receita: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado. 2.20. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. 2.21. Demonstração do valor adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.22. Informação por segmento: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias. 2.23. Normas contábeis novas e alteradas. 2.23.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente: No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e CPCs aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Assunto	Aplicável a períodos anuais com início em ou após:
CPC 50 (IFRS 17)	Contratos de Seguros	01/01/23
Alterações à IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS	01/01/23
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos e Reforma Tributária Internacional	01/01/23
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros	01/01/23

2.23.2. Normas contábeis novas e/ou revisadas emitidas e ainda não efetivas: Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ("Reverse factoring"), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	5.722	5.904
Bancos	7.488	6.500
Aplicações financeiras (i)	549.006	200.148
Total (ii)	562.216	212.552

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos com as obrigações de investimentos em intangível assumidas no contrato da concessão. (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100,5% em 31 de dezembro de 2023 e 101% em 31 de dezembro de 2022. (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo, bem como, investimentos em intangível previstos para os próximos 12 meses.

9. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Edifícios	Outros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.774	-	970	86.797
Adições	1.140	21.588	228	5	-	421	2.669	143	26.194
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	-	(175)	(16.913)
Adições	(107)	(2.332)	(1.028)	(66)	(47)	(15.173)	(15)	(115)	(18.883)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.643	31.232	2.224	107	380	38.132	2.654	823	77.195
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	25	10	
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	-	639	39.597
Adições	240	4.956	416	5	457	40.795	-	331	47.200
Saldo em 31 de dezembro de 2022	767	14.397	5.117	331	468	64.747	-	970	86.797
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	-	(67)	(4.818)
Adições	(79)	(1.906)	(1.012)	(65)	(39)	(8.886)	-	(108)	(12.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(157)	(2.421)	(2.093)	(163)	(41)	(11.863)	-	(175)	(16.913)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	610	11.976	3.024	168	427	52.884	-	795	69.884
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	25	10	

Em 31 de dezembro de 2023, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em relação a análise de "impairment" realizada em 31 de dezembro de 2023. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	30.217	19.263
Aplicações vinculadas - Debêntures	13.126	13.286
Total	43.343	32.549
Circulante	18.534	12.274
Não circulante	24.809	20.275
	43.343	32.549

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos de financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo: **BNDES:** (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga trimestralmente. (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento. **Debêntures:** (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente. (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento. A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante. Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100,5% em 31 de dezembro de 2023 e 101% em 31 de dezembro de 2022.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico a receber (*)	61.905	57.924
Receitas acessórias a receber	78	117
Total	61.983	58.041

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA". A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias e estando todo seu montante como a vencer.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Uniformes e EPIs	2.490	2.252
Manutenção civil e hidráulica	1.232	1.097
Outros	2.013	1.098
Total	5.735	4.447

Em 31 de dezembro de 2023 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda diferido	48.060	27.995
Contribuição social diferida	17.303	10.078
Total	65.363	38.073
2023	-	1.819
2024	9.758	268
Após 2025	55.605	35.986
Total	65.363	38.073

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	13.404	7.449
Provisão de fornecedores	23.931	4.238
Provisão para manutenção	226.997	177.084
Capitalização de juros	(76.566)	(77.900)
Provisão PLR	(292)	(793)
Outras	4.769	1.901
Base de cálculo total	192.243	111.979
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	65.363	38.073

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício: A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	129.086	74.991
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(43.889)	(25.497)
Ajuste para alíquota efetiva:		
Outras diferenças temporárias	-	(15.960)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização e amortização de juros	(644)	(758)
Outras diferenças permanentes	722	819
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(43.811)	(41.396)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(71.101)	(56.178)
Impostos de renda e contribuição social diferido	27.290	14.782
	(43.811)	(41.396)

Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %

	34%	55%
--	-----	-----

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui Depósitos Judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e ações de desapropriação, classificados como perdas prováveis, conforme tabela abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Ações cíveis	51	-
Ações Trabalhistas	1.422	610
Ações de desapropriação (a)	17.633	140
Total	19.106	750

(a) As ações judiciais são provenientes de seus investimentos em ampliação (SP 294) duplicação rodovia, construção de vias marginais e de pontes), edificação de postos de Serviços de Atendimento aos Usuários - "SAUs", área de descanso para caminhoneiros e Posto Geral de Fiscalização - "PGFs".

continua...



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

EIXO[SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2023



www.eixosp.com.br

10. INTANGÍVEL

Custo do intangível	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (I)		Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização - de custos de empréstimos (I)		Contrato de Concessão - Outorga (I e II)		Software		Total	
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.519.095	1.136.335	1.136.335	3.104	2.816.838				
Adições (b)	287.455	224.346	-	-	2.208	514.009				
Transferências	(43.656)	43.634	-	-	22	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.787.075	1.136.335	1.136.335	5.334	3.330.847				
Amortização acumulada	-	(138.901)	(97.849)	(97.849)	(246)	(236.996)				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(107.686)	(37.878)	(37.878)	(129)	(145.693)				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(246.587)	(135.727)	(135.727)	(375)	(382.689)				
Intangível líquido	402.103	1.540.488	1.000.608	1.000.608	4.959	2.948.158				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	6,78	3,33	3,33	6,64					
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-									

Custo do intangível	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (I)		Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização - de custos de empréstimos (I)		Contrato de Concessão - Outorga (I e II)		Software		Total	
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	1.034.970	1.136.335	1.136.335	2.531	2.392.669				
Adições (b)	148.375	275.221	-	-	573	424.169				
Transferências	(208.904)	208.904	-	-	-	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158.304	1.519.095	1.136.335	1.136.335	3.104	2.816.838				
Amortização acumulada	-	(53.522)	(59.972)	(59.972)	(95)	(113.589)				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(85.379)	(37.877)	(37.877)	(151)	(145.693)				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(138.901)	(97.849)	(97.849)	(246)	(236.996)				
Intangível líquido	158.304	1.380.194	1.038.486	1.038.486	2.858	2.579.842				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	6,78	3,33	3,33	6,64					
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-									

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga. (ii) Vide nota explicativa nº 1. (b) As principais adições do exercício estão representadas pela duplicação da SP 294, implantação de dispositivos de contenção viária, vias marginais, edificação de SAUs, área de descanso para caminhoneiro, PGFs, parada de ônibus, equipamentos de tecnologia, entre outros. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que leve à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em relação a análise de "impairment" realizada em 31 de dezembro de 2023.

11. DIREITO DE USO

Equipamentos operacionais	Adições e Saldo em atualizações		Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2023
	31/12/2022	31/12/2023			
Equipamentos operacionais	748	1.102	-	(607)	1.243
Instalações e edificações	1.864	3.249 (1.270)	-	(1.332)	2.511
Veículos	4.270	7.235	-	(5.045)	6.460
Total	6.882	11.586 (1.270)	-	(6.984)	10.214

Equipamentos operacionais	Adições e Saldo em atualizações		Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2022
	31/12/2021	31/12/2022			
Equipamentos operacionais	1.852	297	-	(1.401)	748
Instalações e edificações	1.680	1.210 (446)	-	(580)	1.864
Veículos	8.868	569	-	(5.167)	4.270
Total	12.400	2.076 (446)	-	(7.148)	6.882

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média real de 6,09% a.a., pois os contratos de arrendamento são corrigidos pela inflação. A taxa real é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

12. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - Obras	65.555	34.559
Fornecedores - Imobilizado	68	756
Fornecedores - Serviços	22.090	11.815
Total	87.713	47.130

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

Descrição	Indexador	Acrescimos de juros a.a. %	Juros e atualização monetária/ Amortização		Saldo em 31/12/2023
			Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	
Partes relacionadas (ii)			581.694	-	581.694
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	384.058	-	384.058
Total			965.752	-	965.752

Descrição	Indexador	Acrescimos de juros a.a. %	Juros e atualização monetária/ Amortização		Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
			Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022		
Partes relacionadas (ii)			530.167	-	530.167	-
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	359.945	-	359.945	-
Total			890.112	-	890.112	-

Descrição	Indexador	Acrescimos de juros a.a. %	Juros e atualização monetária/ Amortização		Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
			Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022		
Partes relacionadas (ii)			581.694	-	581.694	-
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	384.058	-	384.058	-
Total			965.752	-	965.752	-

Circulante	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	722
Não circulante	1.042.900	964.909

(i) As debêntures com o BNDES encontram-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros. (ii) As debêntures não possuem "covenants" financeiro. a) Debêntures com Partes Relacionadas: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debiturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas. As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições

Descrição	Indexador	Acrescimos de juros a.a. %	Juros e atualização monetária/ Amortização		Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
			Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022		
BNDES	IPCA	5,21%	630.331	-	630.331	-
Total			630.331	-	630.331	-

(i) O contrato de financiamento firmado com o BNDES encontra-se em período de carência, sendo realizada, portanto, somente amortização das parcelas de juros. a) Financiamento BNDES. Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de: • Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a. • Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a. O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos: • Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000. A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos "A" e "B", no montante total de R\$950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023. • Subcrédito "C": até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000. • Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000. O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de: • Subcréditos "A", "B" e "C": carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045. • Subcrédito "D" e "E": carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045. No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente. Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre o financiamento. As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de: (i) Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão. (ii) Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES. (iii) Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. Pagamento de outorgas e taxas da ARTESP. (iv) Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores. (v) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência. (vi) Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada. (vii) Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES. (viii) Não substituição das fianças bancárias. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados. O contrato de financiamento prevê que para a conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B) a EIXO SP deve, dentre outras obrigações ter apurado (i) EBITDA Ajustado em 31/12/2022 de no mínimo R\$435.000 e (ii) soma dos EBITDAs Ajustados desde o início de sua operação até a data de apuração somado aos valores de capital social integralizado de no mínimo R\$1.770.000, ambos valores na data-base de 31 de dezembro de 2020. A Companhia atendeu as obrigações pactuadas com o BNDES para obtenção da conclusão físico-financeira parcial do projeto financiado (completion dos subcréditos A e B).

Descrição	Indexador	Acrescimos de juros a.a. %	Juros e atualização monetária/ Amortização		Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
			Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022		
Partes relacionadas (ii)			581.694	-	581.694	-
BNDES (ii)	IPCA	5,05%	384.058	-	384.058	-
Total			965.752	-	965.752	-

financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional. b) Debêntures BNDES: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras. Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre as debêntures.

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente. A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - "ACDUF" corresponde à devolução de 75% da outorga variável I do contrato de concessão.

	31/12/2023	31/12/2022
Ônus de fiscalização	1.528	1.158
Outorga variável	9.350	7.979
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	42.381	23.865
Readequação do Pavimento do Sistema Remanescente (ii)	137.544	-
Total	190.803	33.002

(i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior. (ii) Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo será realizado mediante desembolso de caixa, não há impactos no resultado decorrente desta operação. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia já havia consumido o montante de R\$110.490 da importância recebida de forma antecipada, restando o saldo remanescente de R\$137.544.

16. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e honorários	888	653
Encargos sociais e previdenciários	3.250	2.701
Provisão de férias	10.370	8.587
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	7.785	1.541
Total	22.293	13.482

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2023	31/12/2022
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4.164	3.112
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15.204	3.992
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.376	4.049
Impostos federais terceiros	1.082	334
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	1.249	480
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	1.787	557
Total	27.862	12.524

18. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2023	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevistas Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/ Locação de fibra	13	45
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/ Locação de torres	153	11
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	Compartilhamento de despesas	281	-
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de despesas	1	-
Pátria Infraestrutura IV IBH I Serviços e Participações S.A.	Reembolso de despesas	71	-
Infraestrutura Brasil Holding XXI S.A.	Prestação de serviços (a)	22	1.890
Infraestrutura Brasil Holding XXI S.A.	Reembolso de despesas	-	208
Saldo em 31/12/2023		541	2.154

Partes relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2022	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevistas Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/ Locação de fibra	42	3
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/ Locação de torres	37	5
Infraestrutura Brasil Holding VIII			

EIXO[SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2023



www.eixosp.com.br

b) Composição dos saldos e movimentação: Passivo de arrendamento

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	6.507	12.817
Adições e atualizações contratuais	11.586	2.076
Baixas de contrato	(1.270)	(446)
Juros provisionados	464	646
Pagamento de juros	(464)	(646)
Pagamento de principal	(7.198)	(7.940)
Total	<u>9.625</u>	<u>6.507</u>
Circulante	5.436	3.863
Não circulante	4.189	2.644

A realização da parcela não circulante do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

	2024	2025	2026 em diante
2024	-	1.339	-
2025	2.074	655	-
2026 em diante	3.251	1.261	-
Total	<u>5.325</u>	<u>3.255</u>	-
Ajuste a valor presente	(1.136)	(611)	-
Passivo de arrendamento	<u>4.189</u>	<u>2.644</u>	-

	Adoção Inicial	Dez. 2022	Dez. 2023	Dez. 2024	Dez. 2025	Dez. 2026 em diante
IPCA			3,90%	3,50%	3,50%	

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo de arrendamento (i)		
Balanco patrimonial	19.588	6.882
Fluxo com projeção	19.588	6.882
Passivo de arrendamento (ii)		
Balanco patrimonial	19.588	6.507
Fluxo com projeção	19.588	6.953
Despesas financeiras (iii)		
Balanco patrimonial	638	464
Fluxo com projeção	638	464
Despesas de depreciação (iv)		
Balanco patrimonial	7.148	6.984
Fluxo com projeção	7.148	6.984

(i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para ele através das despesas de depreciação. (ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

20. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos.

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2023
Provisão para manutenção	156.226	71.084	(58.392)	168.918
Atualização pela inflação - IPCA (a)	42.763	29.764	-	72.527
AVP	(21.904)	7.456	-	(14.448)
	<u>177.085</u>	<u>108.304</u>	<u>(58.392)</u>	<u>226.997</u>

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2022
Provisão para manutenção	60.830	104.280	(8.884)	156.226
Atualização pela inflação - IPCA (a)	11.090	31.673	-	42.763
AVP	(12.466)	(9.438)	-	(21.904)
	<u>59.454</u>	<u>126.515</u>	<u>(8.884)</u>	<u>177.085</u>

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	139.515	119.142
Não circulante	87.482	57.943

(a) A atualização pela inflação é realizada sobre o montante histórico e acumulado da provisão constituída.

21. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui processos de natureza civil classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para riscos trabalhistas	3.171	1.210
Provisão para riscos cíveis	11.711	7.848
Total	<u>14.882</u>	<u>9.058</u>

	31/12/2023	31/12/2022
Mapa movimentação		
Saldo inicial	9.058	1.254
Adições (i)	5.865	7.451
Baixas	(2.161)	(1.092)
Atualização monetária	2.120	1.445
Saldo final	<u>14.882</u>	<u>9.058</u>

(i) As adições ocorridas no exercício de 2023 possuem natureza cível (R\$4.437) tendo como principais motivos objetos e animais na pista, enquanto as adições de natureza trabalhista (R\$1.428) em sua maioria, provenientes de reclamação trabalhista dos prestadores de serviços, nos quais a Companhia encontra-se em posição de corresponsável. (ii) Para os processos prováveis a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 depósito judicial de R\$1.473, sendo R\$51 para processos cíveis e R\$1.422 processos trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2022 o montante depositado era de R\$610 sendo totalmente para processos trabalhistas. O saldo dos depósitos judiciais refere-se à processos de desapropriação. b) Possível: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui processos de natureza cível no montante de R\$11.836 (R\$6.919 em 31 de dezembro de 2022) e trabalhistas no montante de R\$ 10.300 (R\$7.848 em 31 de dezembro de 2022) classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões. Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito é de R\$1.400.000, sendo integralizado R\$969.857 (R\$969.857 em 31 de dezembro de 2022), representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	969.857.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas: De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2023, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	83.041	33.596
(-) Constituição de reserva legal	(4.152)	(1.680)
(=) Lucro líquido ajustado	<u>78.889</u>	<u>31.916</u>

Dividendos mínimos obrigatórios 789 319

c) Reserva Legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2023 foi constituída reserva legal de R\$4.152. Em 31 de dezembro de 2022 a constituição da reserva legal foi de R\$1.680. d) Reserva de retenção de lucros: A reserva de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos previstos no contrato de concessão e financiar o capital de giro da Companhia. Eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores. Em 31 de dezembro de 2023 foi adicionada à reserva de lucros no montante de R\$78.100. Em 31 de dezembro de 2022, a constituição realizada foi de R\$31.597.

23. RECEITAS

Estão representadas por:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrecadação de pedágio (a)	997.181	889.515
Receitas com construção	466.433	392.430
Receita acessória (b)	4.638	4.590
Receita bruta	<u>1.468.252</u>	<u>1.286.535</u>
Deduções da receita	(86.153)	(76.983)
Receita líquida	<u>1.382.099</u>	<u>1.209.552</u>

(a) A partir de 4 de junho de 2023 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo

com a inflação acumulada (IPCA) em 4,2%. (b) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo de impostos		
Receitas com serviços	1.001.819	894.105
Deduções		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(30.057)	(26.824)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(6.512)	(5.811)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(49.584)	(44.348)
	<u>(86.153)</u>	<u>(76.983)</u>

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços prestados:		
Custo de obra	(466.433)	(392.430)
Provisão para manutenção (a)	(100.849)	(104.280)
Pessoal	(86.279)	(69.165)
Conservação e manutenção	(46.846)	(61.615)
Serviços de terceiros (b)	(47.425)	(55.983)
Seguros	(6.234)	(4.580)
Depreciações e amortizações	(169.001)	(139.188)
Poder concedente (c)	(84.694)	(75.541)
Locações de imóveis e máquinas	(4.007)	(4.121)
Outras despesas operacionais	(13.197)	(12.102)
Total	<u>(1.024.965)</u>	<u>(919.005)</u>

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas administrativas:		
Provisão para riscos processuais	(5.982)	(6.358)
Pessoal	(22.604)	(14.064)
Conservação e manutenção	(1.152)	(1.011)
Serviços de terceiros	(17.845)	(14.514)
Depreciações e amortizações	(2.559)	(3.466)
Locações de imóveis e máquinas	(24)	-
Outras despesas operacionais	(2.771)	(3.041)
Total	<u>(52.937)</u>	<u>(42.454)</u>

(a) A Constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos Trabalhos Iniciais (PII - Programa Intensivo Inicial). (b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros. (c) A base de cálculo e taxas estão evidenciadas na nota explicativa nº 15.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Provisão para manutenção - AVP	3.253	9.438
Receita de aplicações financeiras	70.628	13.249
Outros	1.547	333
Total	<u>75.428</u>	<u>23.020</u>
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre Empréstimos/Debêntures	(180.174)	(119.381)
Provisão para manutenção - AVP	(10.709)	(31.673)
Amortização de custos com emissão de Empréstimos/Debêntures	(19.237)	(18.058)
Juros de arrendamento	(464)	(646)
Despesas bancárias	(36.254)	(24.162)
Atualização processos judiciais	(2.120)	(1.445)
Outras despesas financeiras	(4.193)	(2.347)
Total	<u>(253.151)</u>	<u>(197.712)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(177.723)</u>	<u>(174.692)</u>

26. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro básico/diluído por ação		
Lucro líquido do período	83.041	33.596
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	969.857	969.857
Lucro básico	0,086	0,035
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de debêntures	65.965	71.442
Lucro diluído	0,080	0,032

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionadas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 14.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2024	2025	2026	2027	2028 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	446.493	3.798.865	-	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	191.383	1.628.333	-	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	410.571	747.820	21.231	33.635	34.524	21.448	636.983
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	1.059.447	2.668.852	53.216	99.466	102.040	101.277	2.312.853
		<u>2.107.894</u>	<u>8.843.870</u>	<u>74.447</u>	<u>133.101</u>	<u>136.563</u>	<u>122.725</u>	<u>8.377.034</u>

e) Análise de sensibilidade: **Risco de variação nas taxas de juros:** A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Desvalorização (R\$)			
		Saldo 31/12/2023	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	562.216	65.498	49.138	32.777
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	43.343	5.049	3.788	2.527

Operação	Risco	Valorização (R\$)			
		Saldo 31/12/2023	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	410.571	18.311	22.910	27.467
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	1.059.447	47.251	59.117	70.877

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Valorização			Desvalorização	
	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,65%	-	-	8,74%	5,83%
IPCA (b)	4,46%	5,58%	6,69%	3,35%	2,23%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2023. Fonte de informação - "site" da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 17 de janeiro de 2024. (b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2023. Fonte de informação - "site" do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 29 de dezembro de 2023.

28. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. **Risco de mercado:** a) Exposição a riscos cambiais: A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio de manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **Considerações gerais:** • Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. • Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação. • As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2023, conforme quadro a seguir: **Índice de endividamento**

	31/12/2023	31/12/2022
Os índices de endividamento são os seguintes:		
Dívida (i)	2.107.895	1.694.743
Caixa e equivalentes de caixa	(562.216)	(212.552)
Aplicações financeiras vinculadas	(43.343)	(32.549)
Dívida líquida	1.502.336	1.449.642
Patrimônio líquido (ii)	1.1	

EIXO [SP]

EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A.

CNPJ/ME Nº 36.146.575/0001-64 - NIRE 35.300.548.213

Demonstrações Financeiras 2023



www.eixosp.com.br

A DIRETORIA

CONTADOR: Daniel Rodrigo Lavorini - Controller - CRC 1SP241985/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Por que é um PAA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, julgamos que a avaliação do reconhecimento de receita foi importante para avaliar os possíveis impactos na operação da Companhia.

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias.

O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, que pode ocorrer manualmente (cobrança nas cabines de pedágio) e por meios automáticos, através de sensores instalados por terceiros.

Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes para o reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro da receita de arrecadação de pedágio, incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho dos controles internos automáticos e manuais; (ii) a obtenção de confirmação das operadoras de arrecadação automática, para confirmação da receita anual; e (iii) a realização de uma expectativa independente, para avaliar a razoabilidade do montante de receita reconhecida no exercício. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio e as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras em conjunto.

Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Por que é um PAA

Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder

concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e os montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 9 e nº 2.10 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de julgamentos e da manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, a fim de concluir se os critérios de capitalização foram ou não atendidos. Tais julgamentos são relacionados à interpretação da Companhia na definição de gastos capitalizáveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para confirmar o adequado registro e controle desses ativos, incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) o entendimento do desenho dos controles internos para capitalização de gastos; (iii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, e confronto com os contratos de prestações de serviços, notas fiscais relacionadas, e/ou outras documentações aplicáveis; (iv) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nas normas aplicáveis; e (v) avaliação da consistência das informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificados ajustes, sobre a razoabilidade da capitalização de alguns gastos efetuados durante o exercício, decorrentes de deficiências de controles internos relacionadas à necessidade de aperfeiçoamento no processo de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que nos levaram a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Tais situações foram comunicadas à Administração, que, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, entendemos que os critérios adotados pela Administração para determinação da capitalização desses gastos e as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Tarcísio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>